



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCAD – PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PARECER Nº
PROCESSO Nº
INTERESSADO
ASSUNTO

1.103/2009 - PROCAD/PGDF
410.002.316/09
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
MINUTA DE EDITAL

APROVADO pelo Ex.mº Sr.
Procurador-Geral do DF
em 26/10/09 e pelo
Ex.mº Sr. Governador do
DF em ____/____/____

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. MINUTA DE EDITAL DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS. SERVIÇOS DE CONSULTORIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL. RECURSOS PARCIALMENTE FINANCIADOS PELO EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL N.º 1957/OC-BR DO BID. ART.42, §5º DA LEI N.º 8.666. APLICAÇÃO DAS REGRAS DO BANCO SEM AFASTAMENTO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E DOS PRINCÍPIOS DO ORDENAMENTO. PROCEDIMENTO.

1. O disposto no art.42,§5º da LLCA autoriza a aplicação de normas constantes de tratado ou convenção internacional, mas não permite o afastamento das disposições constitucionais e dos princípios do ordenamento pátrio.

2. O arcabouço normativo de regência (Contrato de Empréstimo n.º 1957/OC-BR, Documento GN 2350-7, CF/88 e Lei n.º 8.666) e a jurisprudência do TCU permitem concluir pela existência de irregularidades que devem ser sanadas pelo órgão.

3. A regularidade do procedimento e da minuta de edital se subordinam às recomendações expostas no opinativo

Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa,

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo pelo qual a Secretaria de Estado de Transportes solicita a emissão de parecer jurídico acerca de minuta de edital de licitação (Solicitação de Proposta - SDP) vinculada ao Contrato de Empréstimo n.º 1957/OC-BR firmado com o BID para o financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Folha nº: 109
Processo nº: 410.002.316/09
Rubrica: [assinatura]
Matrícula nº: 99.814.3

O órgão consultante pretende a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para execução de auditoria ambiental externa independente no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Instruem os autos:

a) Memorando n.º 103/UGP/ST/DF, inaugurando o procedimento - fls.1-2; b) minuta do Edital SDP n.º 003/2009/PTU e respectivos anexos - fls. 4-96; c) cópia da não-objeção do Banco Interamericano de Desenvolvimento à minuta de edital - fl.97; d) despacho motivado do Coordenador Executivo da UGP/PTU - fls. 98-100; e) indicação da fonte orçamentária e declaração de disponibilidade orçamentária - fls.102-103; f) despacho do Secretário de Estado de Transportes aprovando a minuta do Edital SDP n.º 003/2009/PTU e ratificando o despacho da UGP-PTU/ST - fl. 105.

É o breve relatório, em apertada síntese.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabem algumas considerações acerca das normas disciplinadoras das contratações de bens e serviços por meio de recursos oriundos de organismo financeiro multilateral. O art. 42, 55º da Lei 8.666/93 dispõe:

"Art.42 (...)

§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas

Folha nº:	110
Processo nº:	410.002.316/09
Rubrica:	110
Matrícula nº:	39.14-3

exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."

Referida norma admite a adoção de procedimento licitatório decorrente de acordos e convenções internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, mas não significa, em absoluto, o completo e ilimitado afastamento do arcabouço normativo pátrio.

Cumprе recordar que o Supremo Tribunal Federal acolhe a teoria monista-constitucionalista, segundo a qual as convenções internacionais ratificadas pelo Congresso Nacional têm a mesma hierarquia que as normas internas, sujeitando-se, desse modo, à supremacia da Constituição Federal¹. Assim, qualquer exigência imposta pelo organismo financiador internacional deve estar em consonância com o disposto na Constituição Federal.

Por outro lado, a Lei 8.666/93 prevê uma série de normas que possuem substrato em princípios constitucionais atinentes à atividade administrativa e, como tais, devem ser observadas mesmo em face do permissivo do art.42, §5º da LLCA. Neste sentido, leciona Marçal Justen Filho²:

"[...] O art. 42, § 5º, significa que as regras acerca de procedimento licitatório, prazos, formas de publicação, tipos de licitação, critérios de julgamento etc. podem ser alteradas. Não é possível suprimir os princípios inerentes à atividade administrativa (inclusive aqueles relacionados a direitos dos licitantes), mas podem ser adotadas outras opções procedimentais e praxísticas."

Daí a constatação de que a possibilidade de afastamento das normas constantes da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos se restringe às suas

¹ STF - RE 80.004 ("leading case").

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 13ª ed, São Paulo: Dialética, 2009, p.559

Folha nº:	410002316/09
Processo nº:	410002316/09
Rubrica:	
Matrícula nº:	15.104-3

normas-regra, sendo vedado o afastamento de suas normas-princípio, as quais, em última instância, destinam-se a realizar os princípios constitucionais atinentes à Administração Pública. Recorremos, por oportuno, às lições de Toshio Mukai³:

"Fica, então, a questão: de acordo com o § 5º do art. 42 da Lei n. 8.666/93, nas licitações internacionais há que se observar tão-só as normas dos mencionados organismos financeiros internacionais e o princípio do julgamento objetivo?"

Pensamos que não.

[...]

Quanto ao princípio - embora a lei obrigue agora apenas a observância do princípio do julgamento objetivo -, é óbvio que os demais princípios inscritos no art. 3º da Lei n. 8.666/93 são indiretamente, de observância obrigatória, uma vez que, para que seja atendido o princípio do julgamento objetivo, haverá que se observar as regras do edital (vinculação ao instrumento convocatório), a competitividade e o princípio da igualdade (porque este é de ordem constitucional - art. 37, XXI, da CF).

Portanto, conclui-se que, nas licitações internacionais, não se pode simplesmente dar prevalência total às normas dos organismos internacionais, em função apenas da redação literal do § 5º do art. 42 da Lei nº 8.666/93. Há que se observar todas as demais normas atinentes às licitações internacionais, contempladas pela mesma lei, bem como os demais princípios da licitação, que decorrem do princípio do julgamento objetivo ou decorrem do próprio Texto Constitucional, como é o caso do princípio da igualdade dos concorrentes (art. 37, XXI, da CF)."

No caso concreto, cumpre verificar se o contrato de empréstimo n.º 1957/OC-BR⁴ exige a adoção de outra norma que não a Lei n.º 8.666/93 e se tal norma

³ MUKAI, Toshio. *Licitações e contratos públicos*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 68-69.

Folha nº:	112
Processo nº:	410.002.316/09
Rubrica:	Alu
Matrícula nº:	34.143

não afronta a soberania nacional e os princípios constitucionais e legais do ordenamento pátrio.

Referido contrato dispõe expressamente, no Capítulo IV, Cláusula 4.04, de suas Disposições Especiais, que:

"CLÁUSULA 4.04. Contratação e seleção de consultores. Com recursos do Financiamento, a seleção e a contratação de consultores deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-7 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), datado de julho de 2006 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta cláusula:(...)"

Vê-se, portanto, que, em linhas gerais, as disposições regentes do procedimento licitatório em questão serão aquelas constantes do Documento GN-2350-7 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento") e de outras cláusulas do Contrato n.º 1957/OC-BR. Tal não significa, como antes mencionado, a exclusão de todas as demais normas do ordenamento⁴, devendo ser observados, a par daquelas disposições, os princípios constitucionais e legais aplicáveis, bem como as normas pertinentes às finanças públicas. A Lei n.º 8.666/93, ademais, deve ser utilizada como norma subsidiária naquilo em que não conflitar com as regras traçadas pelo Banco.

Por oportuno, alerta para a necessidade de que, em futuras contratações no âmbito de programas financiados por organismo financeiro multilateral, o órgão

⁴ O empréstimo foi autorizado pela Lei-DF n.º 4.010/2007 e pela Resolução do Senado n.º 46/2007. A Procuradoria Administrativa concluiu pela regularidade de suas cláusulas (Pareceres PROCAD/PGDF n.ºs 697/2007, 721/2007, 809/2007 e 159/2008).

⁵ Nesse sentido já decidiu o STJ: "...Tratando-se de recursos provenientes de contrapartida estadual e de empréstimo pelo qual se compromete também o Estado do Paraná a restituir ao BID, em prazo determinado, mediante pagamento de juros, conclui-se que, sendo em seu todo, a maior parte dos recursos é de responsabilidade do Estado Brasileiro, não havendo como negar aplicação dos princípios insertos no art. 37 da Carta Política de 1988 relativas à atuação da Administração Pública, ou tampouco de algumas das regras constantes da Lei de Licitações, Lei 8.666/93." (Ag n.º 627.913/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 07.10.2004, DJ de 07.03.2005)

Folha nº:	113
Processo nº:	410.002.316/09
Rubrica:	
Matrícula nº:	99.014-3

consulente acoste aos autos tanto o contrato de empréstimo quanto todas as regras do Banco concernentes aos serviços contratados.

Fixada a premissa das normas aplicáveis ao caso, cumpre verificar a adequação jurídico-formal do procedimento ora analisado.

Em relação à seleção para a contratação de serviços de consultoria, tanto o contrato n.º 1957/OC-BR quanto o Documento GN-2350-7("Política de Consultores") prevêem os seguintes métodos de seleção: a) método SBQC (Seleção Baseada em Qualidade e Custo); b) método SBQ (Seleção Baseada em Qualidade); c) método SOF (Seleção com Orçamento Fixo); d) método SBMC (Seleção Baseada no Menor Custo); e) método SQC (Seleção Baseada na Qualidade dos Consultores); f) a Seleção de Fonte Única (ou Contratação Direta) e g) a Seleção de Consultores Individuais.

In casu, de acordo com o item 4 da Seção I da Carta de Solicitação de Propostas (SDP N.º 003/2009/PTU), a seleção da empresa a ser contratada observará o método SBQC (fl.5), o qual se afigura o mais adequado à hipótese.⁶

De acordo com o item 2.1 da "Política de Consultores", a Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (SBQC) é um processo competitivo entre empresas constantes de uma lista curta no qual são considerados a qualidade da proposta e o custo dos serviços para a definição do proponente vencedor. Ainda de acordo com o item 2.1 da "Política de Consultores", *"o custo, como fator de seleção, deve ser utilizado judiciosamente. Os pesos relativos atribuídos à qualidade e ao custo serão fixados a cada caso, de acordo com a natureza do serviço"*.

A Política de Consultores, item 2.2, dispõe que o método SBQC compreende as seguintes etapas:

"(a) elaboração dos Termos de Referência (TDR);

⁶ De acordo com as Disposições Especiais, Cláusula 4.04, alínea (a) do Contrato n.º 1957/OC-BR, a regra é a utilização do método SBQC, sendo os demais métodos aplicáveis às hipóteses específicas previstas na "Política de Consultores".

Folha nº:	119
Processo nº:	410.002.316/2009
Rubrica:	
Matrícula nº:	39.814

(b) *preparação da estimativa de custo e orçamento;*

(c) *publicidade;*

(d) *elaboração da lista curta de consultores;*

(e) *elaboração e envio da Solicitação de Propostas (SDP) [que deve incluir: Carta de Solicitação de Propostas (CSP); Instruções aos Consultores (IAC); Termos de Referência (TDR) e minuta de contrato-proposta];*

(f) *recebimento das propostas;*

(g) *avaliação das propostas técnicas: exame da qualidade;*

(h) *abertura pública das propostas financeiras;*

(i) *avaliação da proposta financeira;*

(j) *avaliação final de qualidade e custo;*

(k) *negociações e adjudicação do contrato à empresa selecionada."*

Por ora, interessa-nos a fase interna do procedimento, que vai até a elaboração do edital (Solicitação de Propostas - SDP).

A primeira etapa consiste na elaboração dos Termos de Referência. De acordo com o item 2.3 da "Política de Consultores", os TDRs devem ser elaborados por pessoa especializada na área e o escopo dos serviços descritos nos TDRs deverá ser compatível com a disponibilidade orçamentária. Devem, ademais, definir claramente os objetivos, metas e escopo do serviço, além de fornecer as informações disponíveis a fim de possibilitar a elaboração das propostas pelos consultores.

Folha nº:	115
Processo nº:	410.002.316/2009
Rubrica:	[assinatura]
Matrícula nº:	39.114-3

Os Termos de Referência referentes à contratação foram elaborados e constam da Seção 5 da minuta do edital SDP N.º 003/2009/PTU (fls. 52-64) que foi aprovada pelo Secretário de Transportes (fl.105) e contou com a "não objeção" do Banco (fl.97). Houve, ademais, especificação dos serviços nos termos exigidos pela "Política de Consultores".

A segunda etapa da seleção diz respeito à estimativa de custos (orçamento) dos serviços. Também neste ponto, parece-nos de observância obrigatória a disposição do art.7º, §2º, II da Lei n.º 8666, a qual exige elaboração de orçamento detalhado em planilhas, com os respectivos custos unitários. Tal norma realiza os princípios da vantajosidade e economicidade e não conflita com as disposições do Banco. Ao contrário, a exigência confirma a norma constante do item 2.4 da "Política de Consultores" abaixo transcrita:

"A elaboração de uma estimativa de custo cuidadosa é essencial para a distribuição realista de recursos alocados. A estimativa de custo tomará por base a avaliação do Mutuário sobre os recursos necessários à execução do serviço: tempo de pessoal, apoio logístico e insumos físicos (por exemplo: veículos e equipamento de laboratório). Os custos deverão ser classificados em duas categorias amplas: a) honorários ou remuneração (de acordo com o tipo de contrato utilizado e b) despesas reembolsáveis, e ademais divididos entre custo estrangeiro e local. Deverão, ainda, ser classificados em despesas no exterior e locais. O custo do tempo de pessoal será calculado em bases realistas tanto para pessoal estrangeiro como nacional."

Não consta dos autos a estimativa de custos nos termos acima referidos, constando apenas a informação de que o custo estimado da contratação é de R\$212.000,00 (duzentos e doze mil reais), sem o detalhamento em planilhas. Por outro lado, ressalto que, além de providenciar a estimativa de custos detalhada em planilhas, deve o órgão justificar tal estimativa, comprovando que os preços estão compatíveis com os valores de mercado.

Folha nº:	116
Processo nº:	410002316/09
Rubrica:	[assinatura]
Matrícula nº:	39.814-3

Em relação à observância do art. 7º, §2º, inciso III, verifico que constam das fls. 102-103 as declarações concernentes à disponibilidade orçamentária e à adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO (art. 16, inciso II da LC n.º 101/00.

A terceira etapa da seleção diz respeito à publicidade do Aviso Geral de Aquisições, por meio do qual a Administração solicita que interessados na contratação manifestem interesse. Com fulcro nas manifestações de interesse, o órgão elabora uma lista curta de empresas para as quais serão enviadas as Cartas de Solicitação de Propostas. A etapa da publicidade está expressa no item 2.5 da "Política de Consultores" abaixo transcrito:

"Para todos os projetos, o Mutuário deve preparar e enviar ao Banco uma minuta de Aviso Geral de Aquisições. O Banco providenciará sua publicação no United Nations Development Business online (UNDB online) e no site do Banco. A fim de obter manifestações de interesse, o Mutuário deverá incluir, no Aviso Geral de Aquisições, a relação dos serviços de consultoria esperados e, também, deverá publicar um Aviso Específico de Aquisição solicitando manifestação de interesse para cada contrato de empresas consultoras em jornal de circulação nacional no país do Mutuário ou diário oficial nacional (se disponível na Internet) ou num portal eletrônico de acesso gratuito onde o Mutuário anuncie todas as oportunidades de negócios do governo. Adicionalmente, os contratos com custo estimado em mais de US\$200.000 deverão ser publicados no UNDB online e no site do Banco. Os Mutuários poderão, também, divulgar tais solicitações de manifestação de interesse em jornal internacional ou revista técnica. As informações solicitadas deverão limitar-se ao mínimo necessário a fim de garantir a determinação de adequação da empresa com respeito ao objeto, não devendo ser solicitadas informações complexas a ponto de desestimular consultores a manifestar interesse. No mínimo 14 dias, contados da data de publicação no UNDB online, deverão ser dados para a elaboração das respostas, antes da preparação da lista curta."

Folha nº:	17
Processo nº:	410002316/09
Rubrica:	
Matrícula nº:	39.114-3

No caso presente, referida norma ainda não foi cumprida. Não consta dos autos nem a minuta do Aviso Geral de Aquisições nem a publicidade nos termos e condições supramencionados, devendo o órgão providenciar a elaboração da minuta para publicação e posterior elaboração da lista curta.

A próxima etapa (após a publicação do Aviso de Aquisições) é a elaboração da lista curta, contendo as empresas que manifestaram interesse e apresentaram qualificação para a prestação do serviço. Na elaboração da Lista Curta a Administração deverá observar as disposições dos itens 2.6 a 2.8, da "Política de Consultores" as quais dispõem sobre número e nacionalidade de consultores que devem constar da lista, entre outras regras. Não consta dos autos a referida Lista Curta, devendo a mesma ser providenciada.

Ressalte-se que a lista curta, assim como a estimativa de custos, já deveriam ter sido elaborados, pois deveriam constar da SDP submetida à "não objeção" do BID. Assim dispõe o Apêndice 1, Item 2, alínea a, da "Política de Consultores":

"O Mutuário, antes de solicitar propostas, submeterá à revisão e "não objeção" do Banco o custo estimado e a SDP (incluindo a lista curta) propostas, procedendo às modificações à lista curta e aos documentos razoavelmente solicitados pelo Banco. Quaisquer outras modificações estarão subordinadas à prévia "não objeção" do Banco, antes do envio da SDP aos consultores constantes da lista curta."

A última etapa da fase interna do procedimento diz respeito à elaboração da Solicitação de Propostas - SDP (edital), que deve incluir: Carta de Solicitação de Propostas (CSP), Instruções aos Consultores (IAC), Termos de Referência (TDR) e minuta de contrato.

Foi elaborada a minuta de Solicitação de Propostas SDP N.º 003/2009/PTU, contendo: Seção 1 - Carta de Solicitação de Propostas; Seção 2 - Instrução às Empresas de Consultoria; Seção 3 - Formulários Padrão das Propostas Técnicas; Seção 4 - Formulários

⁷ Esse é o procedimento a ser utilizado na revisão "ex ante" do BID. De acordo com o Contrato de Empréstimo 1957/OC-BR, cláusula 4.04, alínea "c", item "ii", "salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, todos os contratos serão revisados em forma ex-ante". Não havendo nos autos referência à disposição em contrário do Banco, a revisão deverá ser "ex ante".

Folha nº:	118
Processo nº:	410002316/09
Rubrica:	[assinatura]
Matrícula nº:	33.114-3

Padrão das Propostas de Preço; Seção 5 - Termos de Referência; Seção 6 - Contrato Padrão; Seção 7 - Países Elegíveis.

Cabe asseverar que o item 8.1 das Instruções aos Licitantes (fl. 24), o qual estabelece que as informações relativas à avaliação das propostas não serão divulgadas até a publicação da adjudicação do contrato (a chamada "cláusula de confidencialidade") foi recentemente considerada regular pelo TCU por meio dos Acórdãos n.ºs 1.312/2009 e 1.718/2009 - Plenário, os quais reformaram a prévia determinação do Tribunal para que os órgãos excluíssem a indigitada cláusula.

Ressalto, ainda, que o órgão deverá incluir no edital previsão expressa de recursos e impugnações e instruções para seu manejo, nos termos do art. 40, inciso XV, c/c art. 109 da Lei n.º 8.666/93. A previsão é obrigatória em face do que dispõe o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

Recomendo, outrossim, seja incluído no edital exigência da prova da habilitação jurídica e regularidade fiscal da empresa contratada, nos termos dos arts. 27 a 30 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 195, § 3º da Constituição. A par de tais disposições não conflitarem com as normas do Banco, sua observância visa assegurar a idoneidade do contratado. A esse respeito, colacionamos o seguinte excerto jurisprudencial do STJ:

"(...)A exigência de regularidade fiscal para habilitação nas licitações (arts. 27, IV, e 29, III, da Lei nº 8.666/93) está respaldada pelo art. 195, § 3º, da C.F., todavia não se deve perder de vista o princípio constitucional inserido no art. 37, XXI, da C.F., que veda exigências que sejam dispensáveis, já que o objetivo é a garantia do interesse público. A habilitação é o meio do qual a Administração Pública dispõe para aferir a idoneidade do licitante e sua capacidade de cumprir o objeto da licitação.(...) É legítima a exigência administrativa de que seja apresentada a comprovação de regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelo órgão competente e dentro do prazo de validade. O ato administrativo, subordinado ao princípio da legalidade, só poderá ser expedido nos termos do que é determinado pela lei."

Folha nº:	119
Processo nº:	410002316/09
Rubrica:	
Matrícula nº:	11.114-9

(Resp n.º 974.854, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, Diário de Justiça Eletrônico de 16.05.2008).

Na mesma esteira, leciona Carlos Ari Sundfeld:

... não vemos inconstitucionalidade na indicação da regularidade fiscal como condição de habilitação (em licitação).

(...)

Isso não pode implicar em eliminar a incidência, no campo das licitações, da técnica, generalizada no Direito, de interditar o exercício de certos direitos (como o de contratar com a Administração) em decorrência da prática de ilícitos.

A regularidade das obrigações tributárias não é uma questão secundária e irrelevante. É, para o próprio Estado - e para a sociedade que recebe seus serviços - questão vital. Daí a razoabilidade da lei condicionando a aquisição ou o exercício de certos direitos de natureza econômica à regularidade fiscal.⁶

Por outro lado, parece-nos que as exigências, constantes do item 3.8 do Termo de Referência (fls. 63-64), no sentido de que as equipes técnicas do licitante possuam profissionais com determinado tempo de experiência nas respectivas áreas especializadas, devem ser justificadas pelo órgão, pois são restritivas da competitividade. Cabe lembrar que o TCU (Acórdão n.º 26/2007 - Plenário) tem entendido que exigências de qualificação tais como essa até podem ser incluídas, desde que justificado e demonstrado que a exigência, ante a complexidade do objeto, é imprescindível à satisfação do interesse público perseguido.

Neste sentido, colhemos da doutrina a seguinte lição:

"(...) Se ficar cabalmente constatado que as exigências de quantidades mínimas e prazos máximos, local e tempo determinado são imprescindíveis à aferição da experiência anterior em face da complexidade do objeto,

⁶ SUNDFELD, Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 122

Folha nº:	41002316/09
Processo nº:	41002316/09
Rubrica:	
Matrícula nº:	30.814.3

poderão ocorrer, ainda que restritivas da competitividade, a fim de resguardar o interesse público que se quer satisfazer com a licitação."*

A minuta do contrato consta de fls. 65-94 dos autos, tendo sido utilizado contrato padrão nos moldes sugeridos pelo Banco. As cláusulas das Condições Especiais do Contrato (fls.85-93) estão, em linhas gerais, adaptadas ao caso concreto, faltando apenas especificar os campos referentes ao valor do contrato e a taxa de juros, o que deve ser providenciado até a assinatura do contrato. Falta, também, adaptar o Apêndice (fls.92-93) ao caso concreto.

Sugere-se, outrossim, a inclusão das cláusulas constantes do art. 55 da Lei n.º 8.666/93, as quais compatíveis com as normas do Banco.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendo que a regularidade jurídico-fomal do procedimento e da minuta submetida análise está condicionada à observância, pelo órgão, das recomendações feitas no bojo do opinativo.

É o parecer, *sub censura*.

À elevada consideração superior.

Brasília, 22 de outubro de 2009.



BRUNO PAIVA DA FONSECA

Procurador do Distrito Federal

* In "Alguns aspectos da demonstração da capacidade técnica em licitações públicas", Revista Zênite ILC - Licitação e Contratos, 952/93/Nov./2001.

Folha nº:	127
Processo nº:	41002316/09
Rubrica:	Fls.
Matrícula nº:	39.819-3



Folha nº:	122
Processo nº:	410.002.316/09
Rubrica:	
Matrícula nº:	39.814-3

DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Processo nº : 410.002.316/2009
Interessado : Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal
Assunto : Licitação Pública Nacional - Recursos parcialmente
financiados por empréstimo internacional do BID - Análise
de minuta do edital e do contrato - Programa de Transporte
Urbano do DF - Auditoria Ambiental

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,


Cuida-se de consulta encaminhada pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal solicitando a análise jurídico-formal do procedimento licitatório (Solicitação de Propostas), elaborado mediante as normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para a execução de auditoria ambiental externa independente.

Designado para emissão de parecer, o i. Procurador do Distrito Federal Dr. Bruno Paiva da Fonseca manifestou-se pela regularidade dos documentos acostados aos autos, bem como pela viabilidade da licitação pretendida, desde que o órgão consulente atenda às observações consignadas em seu opinativo.

Ante o exposto, por concordar com as conclusões alcançadas pelo ilustre Procurador, submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o

Parecer nº 1.103/2009-PROCAD/PGDF, o qual aprovo, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Brasília, 22 de outubro de 2009.


Cícero Ivan Ferreira Gontijo
Procurador-Chefe
Procuradoria Administrativa

Folha nº:	113
Processo nº:	11000-236/09
Rubrica:	
Matricula nº:	398143



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO: 410.002.316/2009
INTERESSADA: Secretaria de Transportes
ASSUNTO: Minuta de Edital. Licitação Pública Nacional. Recursos parcialmente financiados por empréstimo internacional do BID. Análise de minuta do edital e do contrato. Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal. Auditoria Ambiental


Folha nº	124
Processo nº	410.002.316/09
Rubrica	Matr. 43.182-5

APROVO O PARECER Nº 1.103/2009 –
PROCAD/PGDF, exarado pelo ilustre Procurador do Distrito Federal
BRUNO PAIVA DA FONSECA, bem como a cota de fls. 122/123, da
Chefia da Procuradoria Administrativa – PROCAD.

Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes dos opinativos.

Restituam-se os autos à Secretaria de Transportes, para conhecimento e providências.

Em 26 / 10 /2009


SIMONE COSTA LUCINDO FERREIRA
Procuradora-Geral Adjunta do Distrito Federal